

ALGUMAS ANOTAÇÕES SOCIAIS SOBRE OS TEMPOS DE JOSIAS E DO EXÍLIO NEOBABILÔNICO E AS POPULAÇÕES DO LEVANTE SUL

Fábio Py Murta de Almeida*

Resumo: O objetivo deste trabalho é discutir as experiências sociais vividas pelo povo do Levante Sul pouco antes do exílio neobabilônico, e suas conseqüências, quanto a sua vinda a esta sociedade. Para isso, buscaremos perceber que grupos produzem e constroem os discursos literários entre tais épocas, a partir da perceptiva dos grupos sociais que os produzem. Assim, a pretensão deste artigo é por tanto de descrever também como as diferentes comunidades judaicas exiladas encararam a vida sobre domínio deste império.

Palavras-chave: pré-exílio, exílio, produção de textos, Josias e império Neobabilônico.

O início na história de Josias

Esta introdução será iniciada destacando-se os tempos de Josias. Isso porque, nele, parece ter-se criado condições de um reino relevante, e, conforme foi passando o tempo após a queda dele, agravaram-se os problemas tributários com os babilônios. Pouco antes de Josias, houve reinados, como o de Manassés¹, um rei que priorizou a repressão pelo sistema carcerário - esse deve ter sido o motivo de ter ganhado força um movimento de levitas do interior de Judá, o qual fundamentou os textos de Deuteronômio.²

Os levitas tinham raízes guerreiras e autônomas, sem vínculo com o Templo de Jerusalém, local cuja marca era o sangue respingado dos sacrifícios. Por esse motivo os levitas eram contra o reinado de Manassés, que patrocinava os exércitos e tropas de contenção nacional.

* Licenciando em História pela Universidade Salgado de Oliveira (Univero), bacharel em Teologia pela Faculdade Batista do Rio de Janeiro (Fabat-Stbsb), mestre em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Professor da Faculdade Batista do Rio de Janeiro (Fabat-Stbsb) e da Faculdade Teológica Batista de Niterói (STBN). Autor de: *Nas veias correm esperanças... Meditações a partir do Salmo 11* e co-autor de *Projeto divino no mundo*, publicados pela editora do CEBI em 2009 e em 2010, respectivamente - e-mail pymurta@gmail.com

¹ Podemos ver sobre essas descrições em Herbert Donner, *História de Israel e dos povos vizinhos*, Milton Schwantes, *Breve história de Israel*, p.48-50.

² Para o movimento guerreiro levítico e suas relações com o surgimento do movimento de Deuteronômio, cf. Martin Noth, *Überlieferungsgeschichtliche Studien. Die sammelnden und bearbeitenden Geschichtswerke im Alten Testament*, p.18-39. Agora, quem aprofunda tais indicações de Martin Noth para o movimento de Deuteronômio é Frank Crusemann, *A Tora: teologia e história social da lei no Antigo Testamento*, p.234-323.

Os levitas são à base do movimento posterior de revitalização nacional que alavancou o reinado de Josias.³

Agora, falando em termos da mudança material dos solos de Judá, podemos dizer que o seu quadro de produção começou a ser acentuado a partir do reinado de Ezequias, e em Josias se solidificou - por volta de 640 a.C.⁴ A produção material em Jerusalém deve ter aumentado principalmente pela urbanização de Judá. Politicamente, com a morte Manassés, seu filho Amom assume o poder. E nele, Amom se estabeleceu rei por apenas dois anos, sendo morto pelos servos dos proprietários de terras livres – chamados de “povo da terra”.⁵

Para eles, a morte do rei era interessante, pois assim poderiam proclamar Josias como rei, e, por Josias não ter idade suficiente para o ofício, assumem a liderança de Judá. Ou seja, usando a linguagem da sociologia eles deram um golpe.⁶ Após o golpe, fazem uma política de alianças para alicerçar sua liderança.⁷ Com ela, nesse vácuo de reis, o “povo da terra” comandou a região constituindo sua hegemonia: resguardada por uma política de alianças com os outros setores sociais de Jerusalém.

Frank Crüsemann⁸ admite que o “povo da terra” teria se relacionado e se articulado para comandar Judá durante estes anos. Sua dominação nas cidades pode ser vista em algumas leis e parêneses compreendidas no bloco de Deuteronômio 12-26, e suas implicações podem ser percebidas em parte do conteúdo do livro de Provérbios.⁹ Por estar à frente de Judá

³ Também é importante para indicação dos movimentos levíticos e Deuteronômio de Julio Paulo Tavares Zabatiero, “História social da reforma de Josias: breve análise de interpretações contemporâneas” E ainda, o professor da Pós-Graduação em História da Cultura da PUC-GO Haroldo Reimer, “Inclusão e Resistência: anotações a partir do Deuteronômio”, p. 11-20.

⁴ Quem nos informa sobre isso em Judá é Norbert Lohfink, “Deuteronomium und Pentateuch. Zum Stand der Forschung”, p. 13-38.

⁵ Para as ações nestes tempos cf. Haroldo Reimer, “Inclusão e Resistência: anotações a partir do Deuteronômio” p. 11-20, Frank Crusemann, *A Tora* e Fábio Py Murta de Almeida, *Uma ecologia refém do poder econômico. Leitura exegética sócio-econômica de Deuteronomio 5,12-15*, p.92-115.

⁶ Quem usa o termo lembrando da linguagem de Antonio Gramsci é Julio Paulo Tavares Zabatiero, “História social da reforma de Josias: breve análise de interpretações contemporâneas”, que também foi usada recentemente em um artigo, por exemplo, em Fábio Py Murta de Almeida, “Animais de porte como chave de Deuteronômio 5,12-15”, p.323-333.

⁷ Apontamos a consolidação e atuação da aliança em: Fábio Py Murta de Almeida, *Uma ecologia refém do poder econômico. Leitura exegética sócio-econômica de Deuteronômio 5,12-15*, p.73-90.

⁸ Frank Crusemann, *A Tora*.

⁹ Eles que devem ter produzido Deuteronômio junto à união de outros grupos representativos em Judá. Essa proposta de leitura da ‘hegemonia’ do “povo da terra”, é feita pelos estudiosos da história-social bíblica *op. cit.*, p. 232-234. Em certo sentido, essa noção é baseada na proposta de Antonio Gramsci, quando buscou explicar a falta de sucesso do seu projeto frente a Itália, e a vitória de Mussolini. Para isso, vide Antonio Gramsci, *Os intelectuais e a organização da cultura*, p.153. Os principais representantes dos grupos que viviam em Judá, por exemplo, os sacerdotes, o reinado, as mulheres (profetizas?), e os anciãos (sábios) legisladores, deveriam se organizado numa

hegemonicamente, o “povo da terra” foi permitindo o assentamento ideológico das suas legislações, produzidas por meio de um movimento deuteronômico, fruto da coalizão.

Em Josias, o “povo da terra”, que permanece junto ao reinado articulando a vida de Judá, e a coalizão, levada por eles entre os setores de Judá, devem estar por trás da ‘descoberta’ do rolo da Lei, por volta de 620 a.C., lá onde devem ter ‘descoberto’ justamente a parte central do livro de Deuterônomo, isto é, Deuterônomo 12-26, texto que buscou incluir as camadas sociais de Judá, que em grande maioria viviam relacionadas à vida camponesa, ao mesmo tempo em que a minoria da população levava a vida na única cidade restante, Jerusalém. Aliás, Jerusalém era muito mais do que uma cidade era também o local de peregrinação da população interiorana por ser o único Templo, além de ser a única cidade que restou em Judá desde a passagem dos Assírios.¹⁰

Ainda, sobre esses tempos, pode-se dizer que o Código Deuterônomico foi um códex das ações de Josias, da mesma forma que foi desenvolvido pela coalizão que mantinha Josias à frente de Judá. Era uma mão dupla: Josias constituía uma reforma social (chamada de reforma de Josias), segundo as bases que os grupos lhe permitiam, pois eles teriam ajudado a construir os textos básicos da reforma.¹¹ Talvez por isso, no Oriente Antigo Próximo não se tenha visto um código tão bem articulado, inclusive nele, se apontam caminhos (paliativos) para as questões sociais como transparece nas sentenças do livro de Deuterônomo.¹²

Segundo Norbert Lohfink¹³ não houve um momento tão propício para o desenvolvimento material de Jerusalém como foi a época de Josias. Nesse tempo existia ainda um grupo de intelectuais ligados à produção literária (os anciãos), havia uma política exclusivista. Ela alimentava Jerusalém altamente vinculada ao clima messiânico que se estabelecia em torno da

espécie de ‘bloco’ para levar a preservação da vida de Judá, vide, o livro Frank Crüsemann *Tora*, p. 283-292, Haroldo Reimer, “Benção e Solidariedade: anotações a partir do Deuterônomo”, p.22-26, e ainda antes, da tese de Frank Crüsemann, quem a sugere no contexto latino-americano é Shigeyuki Nakanose, “Para entender o livro de Deuterônomo”, p.176-193.

¹ Para o detalhe das ações de Josias e sua relação com a destruição de toda Judá, e a absorção de Jerusalém, cf. Milton Schwantes, *Breve historia de Israel*, p.51-52, mas em relação aos movimentos religiosos que foram suprimidos por Josias, tendo em vista a geografia de um início Templo, cf. a nossa discussão em Fábio Py Murta de Almeida, *Nas veias correm esperanças: meditações a partir do Salmo 11*.

¹¹ Vide para isso os textos de Haroldo Reimer: “Benção e Solidariedade”, p.22-26 e “Inclusão e Resistência”, p.11-20.

¹² A leitura crítica de Deuterônomo e da reforma social de Josias podem ser visto em Shigeyuki Nakanose, “Para entender o livro de Deuterônomo”, p.176-193, e em Fábio Py Murta de Almeida, *Uma ecologia refém do poder econômico*, p.89-115.

¹³ Essa indicação pode ser vista em Norbert Lohfink, *Manchetes de ontem e de hoje*, p.45.

figura de Josias. Tudo isso porque não havia dominação externa explícita sobre Judá.¹⁴ Essas condições não foram mantidas nos reinados posteriores, e talvez por isso a falta de sucesso tenha sido um marco das políticas governamentais posteriores. Fato que, futuramente, acarretou a invasão e a deportação das elites de Judá para as regiões do Império Neobabilônico.

O exílio babilônico

Antes de tratar do exílio, interessa dizer que após a morte de Josias o povo da terra novamente intervém colocando seu filho Jeoaquim no poder. Isso ocorreu em 609 a.C., quando recebeu o nome de Eliaquim, por sua submissão ao Egito.¹⁷ Diferente do pai, Eliaquim cobrou assiduamente altos tributos para pagar tributos ao Egito. Logo após, o Egito se enfraquece, e Eliaquim se submete aos babilônios, morrendo em 598 a.C. Após ele, veio seu filho, outro que teve um reinado complicado. Foi chamado também de Joaquim. Voltou-se contra a Babilônia, acarretando a marcha das tropas do Império de Nabucodonosor em direção a Judá.¹⁸

Os babilônios (do Império Neobabilônico) chegam à região em 587-586 a.C., e logo conquistam Jerusalém e toda a Judá. Não houve resistência militar frente ao poderio de Nabucodonosor II.¹⁹ Com a invasão, houve muitas mortes, por isso, poucas pessoas foram deportadas-exiladas, método que era o principal mecanismo de desarticulação e de domínio da Babilônia. Uma descrição desse evento tenebroso da história de Israel é transcrito abaixo, do comentário de Israel Finkelstein e de Neil Asher Silberman:

Nos primeiros tempos da pesquisa arqueológica, existia uma noção de que o exílio na Babilônia tinha sido de quase toda a população de Judá. Era como se o território de

¹⁴ Uma descrição de Judá nesses tempos, *op. cit.* p.393-396. O caso do messianismo admitido sobre a figura de Josias muito parece com as invenções de tradições sobre os reis europeus na Idade Média, apontados por Eric Hobsbawm, *A Invenção das tradições*, p.14-56. Agora, para que se perceba o processo de construção da tradição messiânica que pairava sobre Josias, é interessante a leitura do texto de doutorado em Ciências da Religião de Tércio Machado Siqueira, *O 'povo da terra' no período monárquico*, p.122-234.

¹⁷ Para submissão ao Egito de Judá nesses tempos, e sua relação com a invasão babilônica, vide, Herbert Donner, *Historia de Israel*, p.245-267, Ivan Esperança Rocha, "Dominadores e dominados na Palestina do I século", p. 239-258 e o pós-doutor em História da Unicamp, Luiz Alexandre Solano Rossi, *Cultura militar e de violência no mundo antigo: Israel, Assíria, Babilônia, Pérsia e Grécia*, p.45-67.

¹⁸ Para isso e mais detalhes, cf. Milton Schwantes, *Sufrimento e Esperança no Exílio*, p.26-27, e do mesmo autor: *Breve*, p.52-55.

¹⁹ Sobre as políticas expansionistas do império da Babilônia nos tempos de Nabucodonosor vale a pena cf. o texto do professor do hoje professor da Universidade de São Paulo, Marcelo Aparecido Rede, *Aspectos simbólicos da cultura jurídica na Mesopotâmia*, p.28-40, e ainda, Gwendolyn Leick, *Mesopotâmia: a invenção da cidade*, p.234-309.

Judá tivesse sido esvaziado de sua população, como se a zona rural tivesse sido toda devastada. [...] Agora que sabemos mais sobre a população de Judá, essa reconstrução histórica provou estar errada. Vamos considerar os números envolvidos. O segundo livro dos Reis 24,14 estima o número de exilados na primeira campanha babilônica (em 597 a.C., na época de Joaquin) em 10 mil, enquanto o versículo 16, do mesmo capítulo, reduz o número para 8 mil exilados. [...] O livro de Jeremias 52,28-30 relata que o total de deportados para a Babilônia chegou a 4.600 dos habitantes de Judá [...] Graças a essas incertezas combinadas, o que de mais racional se pode dizer é que estamos lidando com o número total de exilados variando entre mil e talvez 15 ou 20 mil, no máximo. Quando comparamos este número com a população total de Judá no final do século VII, antes da destruição de Jerusalém, podemos ter uma idéia da escala de deportação [...] cerca de 75 mil habitantes com Jerusalém compreendendo pelo menos 20% desse número – 15 mil – e com outros 15 mil habitando provavelmente nas terras agrícolas mais próximas. Assim, mesmo se aceitarmos os números mais elevados possíveis para os exilados – 20 mil – eles parecem compreender, no máximo, ¼ da população do Estado de Judá; isso significaria que pelo menos 75 por cento da população permaneceu na terra judaica.²⁰

Como se percebe na descrição acima, estrategicamente o domínio babilônico deporta as elites de Jerusalém, e as não-elites permanecem na terra de Judá. Entre os que ficam na terra palestina, e os que são obrigados a partir, podem ser percebidas duas perspectivas de discurso sobre a dominação babilônica. Mesmo assim, ambos os grupos (senão os grupos portadores da memória) permanecem como críticos ao imperialismo estrangeiro.²¹

Em estimativa, Herbert Donner²² acredita ter havido ao todo uma série de três deportações para a Babilônia: uma em 597 a.C., outra, em 587 a.C. e a última em 582 a.C., todas sendo endereçadas para o Rio Quebar e o Tel Aviv (segundo Ezequiel 1,3 e 3,5). Portanto, os exilados desde 597 parecem ter sido assentados junto aos canais de água, conforme o Salmo 137,1²². Agora, e os exilados palestinos?

²⁰ Israel Finkelstein e Neil Asher Silberman, *A Bíblia*, p.409-410.

²¹ Para os detalhes do exílio babilônico cf. Milton Schwantes, *Sofrimento e Esperança*, p.26-27, Rainer Albertz, *A History of Israelite Religion in the Old Testament Period.*, Rainer Kessler, *Sozialgeschichte des alten Israels, Eine Einführung* e Mario Liverani, "Nuovi sviluppi nello studio della storia dell'Israele biblico", p.490-492.

²² Herbert Donner, *História de Israel*, p.34-60.

²² Milton Schwantes, *Breve historia de Israel*, p.43-56.

Eles devem ter sido a maior parte da população exilada, em números seriam quase 50 mil pessoas. Como já foi dito, não eram membros das antigas elites: eram sim palestinos típicos. Com o desterro da população antes hegemônica, assumiram o controle da região: eles, que ocuparem as terras palestinas eram vinculados com os projetos camponeses. Projetos que desde a criação de Judá tinham um espaço, mas com a passagem de Senaqueribe foram novamente ampliados. Foram revitalizados. Portanto, neste tempo a Palestina era formada por uma massa de anônimos, que em sua maioria vivia no ritmo de vida mais comum desde a formação de Israel. Por não ter interesse na região, o Império da Babilônia destinou as terras aos camponeses, patrocinando o que Rainer Kessler²³ chama de a primeira reforma agrária do mundo antigo.

Sabemos que, embora tivesse ocorrido a distribuição das terras, logo no início os babilônios buscaram colocar um rei na região, chamado Godolias, contudo ele foi assassinado por um grupo das antigas elites ainda existentes em Judá. As mesmas elites que mataram Godolias fugiram para o Egito e habitaram uma região conhecida como Elefantina – uma colônia de judeus em plena terra dos faraós.²⁴

Como tem sido dito nesta introdução de trabalho, os remanescentes eram quase completamente rurais e tiveram acesso às terras, porque a Babilônia não tinha como cobrar taxas e tarifas, principalmente porque sem as cidades-sede era complicado garantir a tributação.²⁵ Nesse local e nesse contexto é que deve ter surgido um intenso diálogo entre as culturas palestinas, judaicas e babilônicas, de onde deve ter partido a proposta de se separar um dia para descanso, ligado à tradição de Deuteronômio – reflexo do modo camponês de vida de Judá.

Os judeus exilados na Palestina constroem um dia de descanso (o *shabbat*), reconhecido hoje no texto de Deuteronômio 5.12-15. Fragmento que deve ser um manejo que visa a resguardar o descanso da terra frente à vida palestina, algo ligado às atividades trabalhistas e não-sacerdotais. Da mesma forma que os judeus exilados na Babilônia, próximo ao rio Quebar,

²³ Rainer Kessler, *Sozialgeschichte des alten Israels, Eine Einführung*, p.97-121.

²⁴ Dentro do ramo de História Antiga, o pesquisador que mais trabalhou os achados e a iconografia da colônia de judeus do Egito, é o professor da UNESP-ASSIS, Ivan Esperança Rocha, em seu: “Imagem no judaísmo: aspectos do ‘aniconismo’ identitário”, p. 100-105, e ainda o clássico de História de Israel de Herbert Donner, *Historia de Israel*, p.134-186.

²⁴ Milton Schwantes, *Breve*, p.43-50.

²⁵ Para as formas de domínio das cidades no Oriente Antigo cf. Ciro Flamarion Cardoso Siqueira, Emanuel Bouzon e Cassio Marcelo de Tunes, *Modo de produção asiático: nova visita a um velho conceito*, e Ciro Flamarion Cardoso Siqueira, *Sociedades do Antigo Oriente Próximo*. As formas de domínio e das guerras podem ser vistas também em Luiz Alexandre Solano Rossi, *Cultura militar e de violência no mundo antigo: Israel*, e em Pedro Paulo Funari, *A cultura popular na Antigüidade Clássica*, p.34-67.

produziram um descanso levado pela organização da vida em prol do Templo, como temos em Gênesis 1.1-2,4 e a raiz de Êxodo 20.8-11. Na relação destas duas propostas de descanso do trabalho é que se pretende fazer a discussão das leis trabalhistas que garantem o direito á paralisação no Brasil. Além de indicar que primeiro se estabeleceu o ritmo da vida, para depois sacralizá-lo.

Indicações preliminares...

Portanto, ao nível de exemplo, separamos o termo *shabbat*. Ele que deve ter surgido mediante a nova configuração social dos dois grupos (duas comunidades) de judaítas exiladas pela Babilônia: os exilados palestinos e os exilados nas margens dos rios babilônicos.²⁶ Assim, compreendemos que pelo intenso diálogo entre a cultura Neobabilônica e a cultura do exilados é que deve ter surgido á indicação de se separar no calendário um tempo (dia) para o não-trabalho, e para o divino de Judá. A possibilidade é de que essa ponderação de descanso de um tempo pode ter surgido por brechas já percebidas na sociedade babilônica – já tendo em seu modo social um histórico de descansos e greves de trabalhos entre seus trabalhadores.²⁷

Deve ter ocorrido um intenso processo de re-leituras e de ampliações criativas no âmago da cultura judaica, para se confeccionar o *shabbat*. Criatividade que reconhece o passado judaico, instituindo-se na forma de resistência ao presente exilado pelos babilônicos.²⁸ A comunidade que deve ter adotado a ampliação do feriado, seria possivelmente a comunidade dos exilados na Palestina, pois como indica Frank Crusemann²⁹, a tradição divina em Israel é posterior a tradição sacerdotal. Assim, o *shabbat* de Deuteronomio 5,12-15, é anterior ao texto da criação de Gênesis, e o *shabbat* de Êxodo 20,8-11.³⁰ Afirmamos com isso, que as questões nas

²⁶ Cf. para isso Lohfink, p.17-36.

²⁷ Para isso vide, Ciro Flamarion S. Cardoso, *Trabalho compulsorio na antiguidade*, p.49, Marcelo Aparecido Rede, *Aspectos simbólicos da cultura jurídica na Mesopotâmia*, p.28-40 e Paul Gareli e Serge Sauneron, *El trabajo*, p.71-78.

²⁸ Para a questão do diálogo entre grupos distintos, suas relações e diálogos nos contextos das comunidades exiladas, cf. o trabalho de Roger Bastides, *As religiões africanas no Brasil*, p.206-401, que é baseado na teoria da memória social de Maurice Halbaches, *Memoria coletiva*, p.29-67, usado também pelo professor da Universidade Candido Mendes: Élcio Sant' Anna, *Criação e recriações cosmogônicas em Isaías 51,9-11*, p.45-78. A criatividade como indicação da leitura socio-religiosa cf. Wolfgang Iser, "O fictício e o imaginário", p.65-77.

²⁹ Cf. Crusemann, *A Torá*, p.234-326.

³⁰ *Op. cit.*, p.401-434.

sociedades respondem normalmente as tensões sociais, para, posteriormente, (se for o caso) passarem pelo crivo da leitura sacerdotal-religiosa.³¹

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTZ, Rainer. *A History of Israelite Religion in the Old Testament Period*, New York: Eeks, 1994.

ALMEIDA, Fábio Py Murta. *Uma ecología refém do poder económico. Leitura exegética sócio-econômica Deuterônimo 5,12-15*, São Bernardo do Campo, 2007, 155p. (dissertação do mestrado em Ciências da Religião)

ALMEIDA, Fábio Py Murta. “Animais de porte como chave de Deuterônimo 5,12-15”, *Revista de Ciências da Religião da Universidade Lusófona de Lisboa*, Lisboa: Universidade Lusófona de Lisboa, 2008, p.323-333.

ALMEIDA, Fábio Py Murta. *Nas veias correm esperanças... Meditação a partir do Salmo 11*, São Leopoldo: CEBI, 2009, 69p.

BASTIDES, Roger. *As religiões africanas no Brasil. Contribuições a uma sociologia das interpretações de civilizações*. São Paulo: Editora da USP, 1971, 567p.

BORDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*, São Paulo: Perspectiva, 2004, 567p.

BRAUDEL, Fernand, *Escritos sobre a historia*, São Paulo: Perspectiva, 2007, 327p.

CARDOSO, Ciro Flammarion S. *Trabalho compulsorio na antiguidade: ensaio introdutorio e coletanea de fontes primarias*, Rio de Janeiro: Editora Graal, 2003, 163p.

CARDOSO, Ciro Flammarion Siqueira, BOUZON, Emanuel e TUNES, Cassio Marcelo. *Modo de produção asiático: nova visita a um velho conceito*, Rio de Janeiro: Graal, 1999.

CRUSEMANN, Frank. *Preservação da liberdade: o decalogo numa perspectiva historico social*, São Leopoldo: Sinodal, 1995, 86p.

CRUSEMANN, Frank. *A Tora: teologia e história social da lei no Antigo Testamento*, Petrópolis: Vozes, 2003, 505p.

DONNER, Herbert. *História de Israel e dos povos vizinhos*, São Leopoldo: Sinodal, 2001, 643p.

SANT' ANNA, Elcio, *Criação e recriações cosmogônicas em Isaías 51,9-11*, São Bernarndo do Campo, Universidade Metodista de São Paulo, 2007, 138p. (dissertação do mestrado em Ciências da Religião)

FINKELSTEIN, Israel E SILVERMANN, Neil Ascher. *A Bíblia não tinha razão*, São Paulo: A Girafa, 2003, 546p.

FUNARI, Pedro Paulo. “A Antiguidade, o manifesto, e a historiografia critica sobre o mundo Antigo”, São Paulo, *Grupo de Estudos em Historia Antiga*, 2008, p.1-10.

³¹ Para a percepção da sociedade e a produção do saber religioso, vide quando Pierre Bordieu descreve a teoria sociológica de Max Weber, Pierre Bordieu, *A economia das trocas simbólicas*, p.46-78.

- FUNARI, Pedro Paulo. *A cultura popular na Antigüidade Classica*, São Paulo: Contexto, 1990.
- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, 244p.
- HALBAWCHES, Maurice. *A memória coletiva*, Aparecida: Letras e Idéias, 2004, 310p.
- HOBBSAWM, Eric. *Invensão das tradições*, Rio de Janeiro: Graal, 2001, 324p.
- HOBBSAWM, Eric. *On history*, London: Weidenfeld e Nicolson, 1997.
- ISER, Wolfgang. “O fictício e o imaginário”, em João Cezar de Castro Rocha (org.), *Teoria da Ficção: indagações a obra de Wolfgang Iser*, Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999, p.65-77.
- KESSLER, Rainer, *Sozialgeschichte des alten Israels, Eine Einführung*, Stuttgart: Wissenschaftliche Buschgesellschaft, 2006, 475p.
- LOHFINK, Norbert. “Zur Dekalogfassung von Dt 5” em *Biblische Zeitschrift* 9, 1965, p. 17-32.
- LOHFINK, Norbert. “Deuteronomium und Pentateuch. Zum Stand der Forschung”, *Stuttgarter Biblische Aufsatzbände*, n° 20, 1995, 432p.
- NAKANOSE, Shigeyuki. “Para entender o livro de Deuterônômio: uma lei a favor da vida?”, *Estudos Bíblicos*, Petrópolis: Vozes, 1999, p.176-193.
- NOTH, Martin. *Überlieferungsgeschichtliche Studien. Die sammelnden und bearbeitenden Geschichtswerke im Alten Testament*, Göttingen: Vandenhoeck und Ruprecht, 1948.
- PIXLEY, Jorge. *Historia de Israel: a partir dos pobres*, Petrópolis: Vozes, 1983, 136p.
- POZZER, Katia Maria Paim. “Monumento, mito e história: revisitando a Torre de Babel”, *Ciclo de Debates em História Antiga*, v.1, 1997, p.1-12.
- PURY, Albert de (org.). *O Pentateuco em Questão. As origens e a composição dos cinco primeiros livros da Bíblia à luz das pesquisas recentes*, Petrópolis: Vozes, 1996, 323p.
- REDE, Marcelo Aparecido. *Aspectos simbólicos da cultura jurídica na Mesopotâmia*, Verne: Minas Gerais, 2006, p.28-40.
- REDE, Marcelo Aparecido. *Família e patrimônio na Antiga Mesopotâmia*, Rio de Janeiro: Editora Mauad, 2007, 317p.
- REIMER, Haroldo. “Inclusão e Resistência: anotações a partir do Deuterônômio”, *Estudos Bíblicos*, n.45, Petrópolis: Vozes, 2002, p. 11-20.
- REIMER, Haroldo. “Benção e Solidariedade: anotações a partir do Deuterônômio”, *Revista da Bíblia*, Rio de Janeiro: Juerp, n.41, 2002, p.22-26.
- ROSSI, Luiz Alexandre Solano. *Cultura militar e de violência no mundo antigo: Israel, Assíria, Babilônia, Pérsia e Grécia*, São Paulo: Annablume e Fapesp, 2008, 115p.
- SCHWANTES, Milton. *Breve história de Israel*, São Leopoldo: Oikos, 94p.
- SCHWANTES, Milton. *Sufrimento e Esperança no Exílio*, São Leopoldo: Oikos, 2008, 203p.
- ROSSI, Luiz Alexandre Solano. “Literatura bíblica como fonte historiográfica”, *História e-história*, Campinas, 2005.

ZABATIERO, Julio Paulo Tavares. “História social da reforma de Josias: breve análise de interpretações contemporâneas”, *Teologia Pratica*, n.4, 2004.